

# NUANCES E CONTRADIÇÕES ENTRE IDEOLOGIA E POLÍTICA NEOLIBERAL

Nara Letycia Martins Silva<sup>1</sup>

Grupo de Trabalho 3

Estado e Sociedade Civil nos processos de transições políticas no contexto da mundialização

*“O Estado deve limitar-se a estabelecer normas aplicáveis a situações gerais deixando os indivíduos livres em tudo que depende das circunstâncias de tempo e lugar, porque só os indivíduos poderão conhecer plenamente as circunstâncias relativas a cada caso e a elas adaptar suas ações.”* (Friedrich von Hayek)

## Resumo

O artigo discute as contradições entre as formulações ideológicas do neoliberalismo oriundas em sua maioria, das escolas austríaca, Virgínia e Chicago e a prática política diante da realidade concreta exercida pelos partidários do neoliberalismo, a partir da discussão entre as teses de autores que escreveram sobre o tema nas décadas de 1990 e 2000.

## Introdução

Esse trabalho é composto enquanto a mídia (Grande Imprensa e Imprensa Alternativa) noticia a crise econômica e política pela qual passa a Grécia. Com uma dívida em torno de 350 bilhões de dólares<sup>2</sup>, o acordo entre o governo grego, a Troika (Banco Mundial, FMI e União Européia) e os bancos privados impõe medidas de austeridade como condicionante para a negociação e a concessão de 145 bilhões de dólares para o saldo com os bancos credores. Em contrapartida o governo deve assinar um acordo escrito em que se compromete com uma série de cortes nos gastos públicos – redução do salário mínimo em 25% e em 32% para menores de 25 anos; fim do 13º salário; demissão de 15 mil funcionários num plano de demissão de 150 mil; congelamento dos salários até que o desemprego que está em 20% chegue a 10 % e cortes na saúde pública – e a venda imediata de estatais a preço de mercado.

Essas medidas ilustram com precisão o argumento que se segue nesse texto de que existe uma profunda contradição entre a ideologia divulgada pelo neoliberalismo (da qual a não intervenção do Estado na economia é ponto chave) e a prática política neoliberal mediante a realidade concreta. Esse caso nos sugere que o discurso neoliberal é sempre condicional e deve ser pragmatizado apenas quando for conveniente aos interesses de determinadas frações de classe. A tão combatida intervenção estatal passa a ser desejada quando o propósito é salvar os bancos do calote e quiçá, da falência ou desestabilização. Diante do risco eminente, o Estado grego é pressionado pelas agências internacionais de “regulação” do mercado a uma forte intervenção e direcionamento na economia. Hayek e Friedman, profetas da autorregulação do mercado e da danosa intervenção estatal supressora da liberdade individual, se remexem em seus túmulos ou a aversão ao intervencionismo é mera manobra ideológica do liberalismo radicalizado na *guerra de posições*?

Para apontar essas contradições travaremos diálogos entre as teses de Armando Boito Jr na obra *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*, Nelson Werneck Sodré em *A farsa do*

---

1 Mestranda em História pela Universidade Federal de Goiás – naraletycia@gmail.com

2 Os números são aproximados, já que as fontes consultadas (PSTU, CMI, UOL, Exame e BBC) apresentam pequenas divergências.

*neoliberalismo*, Virgínia Fontes em *O Brasil e o Capital-Imperialismo*, Décio Saes em *República do Capital* e Francisco de Oliveira em *A Era da Indeterminação*.

## **Liberalismo versus Intervencionismo – apontamentos históricos**

A depressão econômica mundial de 1929 fez declinar o liberalismo vigente desde o século XVIII colocando em cheque sua tese fundamental de que a autorregulação do mercado é a forma mais eficiente de garantir avanços econômicos. O *laissez-faire* cai na disfuncionalidade e perde a credibilidade que tivera outrora. Tem início uma política reformista de intervenção estatal a fim de regular o mercado e induzir o desenvolvimento. Segundo Francisco Fonseca, (2005), esse reformismo se apresenta também como uma alternativa aos regimes antiliberais oriundos dessa primeira metade do século, o socialismo e o fascismo. O New Deal nos EUA, o Estado de Bem-Estar Social na Europa e o Nacional Desenvolvimentismo na América Latina são expressões dessa nova ordem fundada na intervenção estatal. O modo de acumulação capitalista é modificado com a adesão dos partidos social-democratas ao keynesianismo, no objetivo claro de superar as causas que desembocaram na crise de 1929. O programa de ação política defendido por J. M. Keynes na reunião de Bretton Woods pode ser sintetizado nos seguintes pontos:

- Intervenção do Estado em termos macroeconômicos por meio da: regulação do meio circulante, da baixa da taxa de juros, da inversão de capitais em obras públicas, do apoio ao capital produtivo e combate ao especulativo, da instituição de uma rede estatal de serviços sociais, da cobrança de impostos progressivos.
- Apoio aos sindicatos: como forma de implementar a demanda e como meio de obter a incorporação política dos trabalhadores no sistema capitalista por meio da democracia liberal.
- Incorporação do tema da igualdade na acumulação (desde que vinculado ao capitalismo), ênfase na distribuição de renda como consequência desejável da acumulação, à guisa de um pacto político entre Capital e Trabalho, intermediado pelo Estado. (FONSECA, 2005, p. 54)

Esse programa, de matriz antiliberal obteve e manteve sua hegemonia desde a depressão de 1929 até meados da década de 1970, sendo quase universal, posto que tanto os países centrais como os periféricos pautaram sua política econômica pela intervenção do aparato estatal. Entretanto, a resistência ultraliberal<sup>3</sup> se organizou em diversos países em instituições estratégicas. Eles criaram, apropriaram-se e influenciaram instituições que funcionavam como aparelhos privados de hegemonia, o que implica na disputa denominada por Gramsci como Guerra de Posições. O conceito de “guerra de posição” faz parte da teoria da hegemonia e é uma resposta às novas características históricas da luta política no mundo, a partir também das diferenciações de Estado no oriente e no ocidente. “Parece-me que Ilitch havia compreendido que havia ocorrido uma mudança da guerra manobrada, vitoriosamente aplicada no Oriente em 1917, para a guerra de posição, que era a única possível no Ocidente.” (GRAMSCI, apud VACCA, 1987, p. 1)

As três Escolas Neoliberais, a austríaca, a de Chicago e a da Virgínia, com suas diversas nuances e focos, se lançaram na produção e transmissão de conceitos, teses e propagandas ideológicas que legitimassem a formação de uma agenda de reformas construída a partir dos princípios do individualismo, da livre concorrência e do Estado mínimo. Fonseca lista as principais ideias, transformadas em propostas e programas de governo:

- Precedência da esfera privada sobre a esfera pública;
- Máxima desestatização da economia;
- Desproteção aos capitais nacionais;
- Desmontagem do Estado de Bem-Estar Social;
- Forte pressão pela quebra do pacto corporativo entre Capital e Trabalho;
- Desregulamentação e desregulação da produção, da circulação de bens e serviços, do mercado financeiro e das relações de trabalho;
- Ênfase nas virtudes do livre mercado;
- Concepção de liberdade como liberdade de mercado;

---

3 Fonseca usa o termo ultraliberal ao invés de neoliberal.

- Aceitação da democracia apenas e tão somente se possibilitadora do mercado livre e da liberdade individual;
- Concepção de que a sociedade deve fornecer a cada indivíduo apenas e tão somente quanto esse contribua para ela;
- Hiper valorização do sistema jurídico;
- Crença de que o Estado interventor é intrinsecamente produtor de crises;
- Ênfase nas mínimas, porém importantes funções do Estado: garantir a ordem e a paz, garantir a propriedade privada, garantir os contratos livremente elaborados entre indivíduos, garantir o livre mercado por meio da proibição de práticas anticoncorrenciais e da elaboração de normas gerais e abstratas, desregular e flexibilizar os mercados (financeiro, produtivo e de trabalho). (FONSECA, 2005, p. 60 e 61)

Essas ideias ganharam audiência a partir da década de 1970 principalmente entre a classe média e empresaria, em grande parte devido à sua ambição por consumo e lucro, tolidas pela rigidez imposta pelo sistema fordista/keynesiano. A recessão de 1974 desembocou em várias crises em que os lucros entraram em declínio nos países centrais. A derrocada da URSS e a “vitória” do capitalismo mediante a falência absoluta do socialismo real e as mudanças políticas e econômicas oriundas daí são o golpe fatal para que se abra um lapso propenso à corrida neoliberal pela hegemonia, que passou a investir em propaganda ideológica massiva através de várias das instituições de seus aparelhos privados de hegemonia, principalmente a Grande Imprensa. Data daí a criação de grandes mitos como o da *globalização* e do *fim da história*, que tiveram expressiva inserção nas formulações políticas e acadêmicas perpassando a extrema direita e até mesmo a esquerda.

### **As ideologias do *Fim da História* e da *Globalização* forjando terreno para o neoliberalismo**

O conceito de *fim da história* surge como a filosofia conveniente à pretensa dominação dos EUA, num mundo que estaria submetido aos seus interesses, à mercê do capitalismo a partir da falência do socialismo e do antagonismo que transcorreu grande parte do século XX. O processo histórico teria chegado ao fim, não haveria mais espaço para mudanças. Nesse sentido os países do G7 exerceriam seu domínio sem contestação dos dominados numa nova ordem mundial que se estabeleceria e se petrificaria. Era preciso que as áreas dominadas aceitassem e acreditassem no destino imposto, fora do qual não haveria salvação. Nelson Werneck Sodré (1995), exemplifica como essa manobra ideológica se deu na prática em relação ao Brasil. Segundo ele, as postulações contidas no estudo *Trade Policy in Brasil: the Case for Reform*, prescreviam, dentre outras medidas, que “a inserção internacional do país fosse feita pela revalorização da agricultura de exportação” (SODRÉ, 1995, p. 39), o que para o autor é uma clara imposição à volta ao “essencialmente agrícola” superado desde a revolução de 1930. A prova de que os dominados tanto acreditaram como aceitaram a imposição do dominador é a publicação da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), *Livre para crescer. Propostas para um Brasil Moderno*<sup>4</sup>, em que a organização aceita e adota a fórmula do Banco Mundial.

A consagração do *fim da história* é a *globalização*. O fim do embate ideológico entre capitalismo e socialismo capitaneados pelos EUA e a URSS daria lugar à dominação absoluta dos EUA. O mundo passaria a ser um só, sob única influência, desapareceriam as fronteiras, antagonismos, conflitos e contradições entre os países. A propaganda ideológica para legitimar a globalização era a de que o fim das diferenças consistiria necessariamente no fim das competições estéreis e das guerras, que tanto assolaram o século XX.

Para Armando Boito Jr (1995), a ideologia da *globalização* servia aos interesses das grandes multinacionais interessadas na abertura das economias nacionais, que seria inevitável. Assim essas empresas

que seriam empresas globais, poderiam transplantar sua produção a qualquer momento para qualquer país, induzindo as populações a acreditar que é necessário todo tipo de concessão

---

4 Essa publicação foi a referência intelectual para a formulação do programa de governo de Fernando Henrique Cardoso, presidente da fase em que a política neoliberal foi consolidada no Brasil.

de vantagens fiscais, creditícias e de custos salariais aos capitais imperialistas. (BOITO, 1999, p. 32)

Numa interpretação bem próxima, Sodré afirma que os conceitos de *globaliza o* e *fim da história* cumpriram o papel de sonega o da luta ideológica, e seus formuladores originais empreenderam a tarefa de esprai -los para confundir as coisas e fazer com que os exploradores convencessem os explorados de que a domina o era legítima, fatal e natural, forjando o caminho para o neoliberalismo, buscando o consenso dos dominados. Sob o escudo da modernidade e contra os anacronismos da estrutura protecionista, a ideologia neoliberal importava teses da antiga etapa do capitalismo concorrencial. Segundo Boito,   exatamente o fato desse deslocamento da ideologia de outro contexto que as relegava a um conjunto de ideias fora do lugar. “O discurso neoliberal fala de mercado, concorrência, soberania do consumidor e liberdade de iniciativa numa época em que o funcionamento do sistema capitalista   inseparável da existência dos grandes monopólios privados, do imperialismo e da interven o do Estado na economia.” (BOITO, 1999, p. 28).

Virgínia Fontes (2010) investigando as rela es de expropria o sob o capital nos d  um exemplo prático de como esse tipo de ideologia atuou para disputar a dire o do processo de expropria o e acumula o no Brasil, apontando para uma articula o de interesses de fra es de classes, indicando uma aderência de setores brasileiros, porém, sob a dire o do capital multinacional:

Imediatamente após a derrota da primeira candidatura Lula [...] recomearia um longo período de esteriliza o de recém-conquistados direitos, impostos pela avassaladora imposi o, que apenas na aparência era unicamente externa, da 'globaliza o' e do 'neoliberalismo'. [...] As intensas lutas de classe contribuiram para um acirramento das disputas intraclasse dominante e para a redu o de seu poder unificado de impor uma soluço ditatorial, ao mesmo tempo em que no contexto internacional o degelo da guerra fria fazia recuar os argumentos ideopol ticos esgrimidos anteriormente. Crescia um pragmatismo estreitamente coligado   expansão de capitais ocidentais no então chamado (e agonizante) 'mundo comunista', dando vezo a p s-modernismos variados. Os grandes capitais aqui implantados – qualquer que fosse sua origem nacional – disputavam acirradamente a condu o do processo, o que traduzia, por exemplo em grosseiros textos publicados na Revista Veja desqualificando a própria burguesia brasileira, sob o predomínio econ mico dos setores mais internacionalizados, isto  , mais subalternos com rela o ao grande capital multinacional, porém integrado também por fortes interesses brasileiros. (FONTES, 2010, p. 323)

### ***Ideologia teórica e ideologia prática do neoliberalismo***

Esses termos são parte da análise de Armando Boito Jr e refletem sua tese central:

A ideologia neoliberal retoma o antigo discurso econ mico burguês, gestado na aurora do capitalismo, e opera com esse discurso em condi es históricas novas. Esse deslocamento histórico introduz uma cisão na ideologia neoliberal, instaurando uma contradi o entre os princípios doutrinários gerais, que dominam a superfície de seu discurso e que estão concentrados na apologia ao mercado, e suas propostas na a o prática, que não dispensam a interven o do Estado e preservam os monopólios. No discurso neoliberal, articulam-se de modo contraditório uma *ideologia teórica*, transplantada da época do capitalismo concorrencial, e uma *ideologia prática*, que, como veremos, corresponde   fase do capitalismo dos monopólios, da especula o financeira e do imperialismo. (Idem, p. 23)

Para Boito, a contradi o ocorre pelo fato de o neoliberalismo ser mera “reformula o” das teses liberais<sup>5</sup>, que foram gestadas no século XVIII, portanto, em um contexto diferente, o que o torna um anacronismo, uma série de ideias deslocadas da realidade. Para que possamos

---

5 Para o autor, mesmo essas teses liberais já se encontravam defasadas   época do surgimento do capitalismo. Isso porque “a concorrência perfeita nunca existiu, em decorrência dos obstáculos políticos e econ micos   livre circula o do capital e das mercadorias e, em consequência, tampouco existiu a soberania do consumidor, limitado ademais, pelo seu poder de compra e pela falta de informa o. O crescimento da riqueza produzida vinha acompanhado de crises cíclicas e destrutivas, sem o equilíbrio sugerido pela ideologia da ótima aloca o de recursos, e fazia crescer a pobreza no meio operário e popular. (Ibidem, p. 27)

compreender essa contradição com maior precisão, vejamos como ele aponta as nuances das principais formulações neoliberais.

A ideologia neoliberal procura evidenciar a superioridade do mercado em relação à ação do Estado em duas vias, econômica e político/moral. Econômica porque o próprio jogo da oferta e da procura apontaria as necessidades existentes e cumpriria o papel de punir as empresas ineficazes. Política e moral porque a liberdade de decisão do que vai consumir torna o consumidor soberano e independente. “Concorrência, sistema de preços e soberania do consumidor seriam aspectos indissociáveis de um mecanismo único, o mercado, que estaria na base da riqueza, da liberdade e do desenvolvimento humano.” (Ibidem, p. 26).

A intervenção estatal na economia será danosa tanto se o Estado for produtor de bens e serviços quanto se agir como regulador entre agentes econômicos. Isso porque ela deformaria o sistema de preços e extingiria a **soberania** do consumidor criando **monopólios**. Quando o Estado detém o monopólio dos serviços, sociais por exemplo, ele encerra a concorrência e o consumidor passa a não poder escolher entre o melhor serviço e abandonar o pior, deixando de ser soberano.

A intervenção do Estado na economia, mesmo que bem intencionada, dizem os neoliberais, provoca o desperdício e a ineficiência e forja uma configuração do aparelho produtivo inadequada ao perfil da demanda. Em resumo, provoca uma má alocação dos limitados recursos disponíveis, reduzindo a riqueza geral (Ibidem, p. 26).

Politicamente, o dano da ação estatal estaria na criação de um paternalismo na relação Estado/cidadãos, pois esses deixariam de desenvolver sua imprescindível capacidade de iniciativa na resolução de seus problemas individuais. Seriam criados privilégios para uns e dependência para outros, e as instituições públicas não seriam devidamente valorizadas, já que não teriam custo algum para o cidadão. Ao contrário, esse agiria com indiferença e até mesmo teria atitudes de depredação.<sup>6</sup>

A partir disso pode-se concluir que “os princípios da ideologia neoliberal não correspondem, de maneira coerente, às propostas que eles inspiram” (Ibidem, p. 29). Esses princípios não encontram lastro na realidade pois é irreal fazer apologia ao mercado, à concorrência e à soberania do consumidores quando o funcionamento do sistema capitalista é inseparável dos grandes monopólios privados, do imperialismo e da intervenção do Estado na economia. Torna-se fantasioso, impassível de aplicação, incompatível com essa nova fase do capitalismo.

A despeito do discurso, na prática de instauração da política neoliberal, seus partidários selecionam uma série de setores e atividades que serão afetados pelos princípios neoliberais, ao mesmo tempo em que criam novos tipos de intervenção. Trata-se então tanto de uma redução quanto de uma reinvenção do Estado. Nas esferas da produção de bens de consumo e mercado de força de trabalho, eles afirmam o recuo do Estado. Veja-se a desindexação dos salários, as imensas ondas de demissão em massa e o crescimento do mercado informal. Já em áreas como a administração da dívida externa e dos juros, eles não apenas recomendam mas reivindicam a ação do Estado. É o caso dos famosos “pacotes salvadores” exigidos dos governos a cada período de crise e das estatizações das dívidas externas. Aqui voltamos a mencionar o caso da Grécia, enunciado no começo do texto, que bem ilustra esse caso de contradição e conveniência.

---

6 Nas teses originais de um dos principais teóricos formuladores do neoliberalismo, Friedrich Von Hayek, essas questões estão dispostas da seguinte maneira:

“O mundo é um grande leilão de ofertas e demanda. O mercado é a coordenação da ação desses indivíduos, dirigidos pelos juízos de valor destes últimos (suas preferências). Os preços de mercado dizem aos produtores o que produzir e em qual quantidade. Neste leilão, a informação a que se tem acesso dirige os atos de ofertantes e compradores. E essa informação diz respeito ao futuro, tal como imaginado e projetado, e ao passado, tal como conhecido (ou como se imagina conhecer). Os preços são portadores e quadros sinópticos dessas informações sobre bens e recursos disponíveis [...] isto é, como devem reescalonar prioridades diante do comportamento continuamente mutante de seus parceiros/interlocutores/competidores.” (HAYEK, apud VERGARA, 1995, p. 106-07)

“O Estado previdenciário torna-se um Estado familiar no qual um poder paternalista controla a maior parte da renda da comunidade, alocando-se entre os indivíduos nas formas e quantidades que julga compatíveis com a necessidade ou mérito.” (HAYEK, apud FONSECA, 2005, p. 68)

As privatizações na siderurgia, serviços de transporte ferroviário, abastecimento de água, energia elétrica e telefonia criaram monopólios privados, sem nenhuma resistência ou oposição por parte dos neoliberais, ao contrário, estimulados. A livre concorrência, a famigerada liberdade de iniciativa e a soberania do consumidor, pilares dos princípios “eficientíssimos” do neoliberalismo são massacradas em favor dos monopólios, pilar da fase atual do capitalismo.

Tudo isso é pautado pelo mecanismo daquilo que for conveniente aos interesses de classe representados pelo neoliberalismo. Nesse sentido,

a ideologia neoliberal, em definição ampla, deve ser considerada, então, uma apologia abstrata do mercado que se aplica, de modo geral, sempre e quando tal aplicação interessar ao capital financeiro, ao imperialismo e à grande burguesia monopolista, ficando prejudicada toda aplicação que for incompatível com tais interesses<sup>7</sup> (Ibidem, p. 30)

Décio Saes (2001), analisando a fase atual (a uma década atrás) do capitalismo no Brasil, conclui que a década de 90 marca uma nova fase na economia Brasileira, em que são reiteradas suas características de economia capitalista, monopolista e dependente. O capital monopolista estatal e privado nacional, partes do tripé da política econômica durante a ditadura militar, vai perdendo força para o capital monopolista estrangeiro. Esse rearranjo corresponde a uma nova organização interna do sistema de interesses capitalistas, pautada pela direção dos interesses monopolistas pelo capital financeiro internacional. Entretanto, essa direção não é exercida sem tensões. As tensões se realizam tanto no interior do bloco no poder (quando as frações não monopolistas das classes dominantes tem de se subordinar ao sistema monopolista) quanto também no interior dos interesses monopolistas (quando as frações não financeiras tem de se subordinar aos interesses do capital financeiro internacional). A questão chave apontada aqui por Décio é que

só o capital financeiro internacional apóia o **conjunto** da política neoliberal. [...] Quanto às demais frações do bloco no poder e aos demais segmentos componentes do sistema de interesses monopolistas: ainda que, no plano político, tais setores se submetam (1º caso) ou apóiem (2º caso) o projeto neoliberal, eles se mostram reticentes quanto à política estatal neoliberal **quando** esta fere os seus interesses específicos. Os grandes proprietários fundiários se manifestam a favor do programa neoliberal, desde que esse não implique o fim da intervenção estatal a favor da ‘agricultura (subsídios, créditos especiais, suspensão de dívidas, etc). A grande burguesia industrial apóia o programa neoliberal, desde que este não implique a abertura do **seu** setor ao capital internacional. Os grandes bancos nacionais – um capital de natureza pré-financeira – querem a execução de uma política estatal neoliberal, desde que esta não contemple uma abertura incondicional do ‘setor financeiro’ ao capital estrangeiro. (SAES, 2001, p. 130-131, grifos do autor)

Desta forma, como demonstra Francisco de Oliveira (2007), “a relação Estado-burguesias se altera radicalmente, tornando o Estado uma espécie de **refém** do novo poder econômico centrado nas multinacionais produtivas e financeiras (OLIVEIRA, 2007, p. 31 – grifo nosso). É essa relação de estar como refém dos interesses de certas frações burguesas que reforça o já mencionado princípio da conveniência, com que opera o neoliberalismo sobre o Estado.

O autor parte antes do princípio de que “a forma ‘passiva’ ou ‘prussiana’ do desenvolvimento capitalista, aliás, a forma de todos os casos de ‘capitalismo tardio’ produziu e requereu uma formidável coerção estatal” (Idem, p. 19). Portanto, é da própria natureza do que Oliveira chama de capitalismo tardio, caso do Brasil, a coerção do Estado nos processos. O autor mostra como isso se opera no caso da dívida externa, para ele um dos primeiros sinais da mundialização do capitalismo nos países periféricos, a partir de sua teorização sobre o antivalor. Vejamos com clareza nas próprias palavras de Oliveira:

Dívidas do Estado teoricamente querem dizer que a produção de valor não pode ser sancionada pelo valor, isto é, o consumo não pode se realizar e a dívida pública é uma forma de adiantamento do valor que não se realiza. Mas uma dívida externa pesada, como no caso brasileiro e da periferia latino-americana em sua maior parte, significa dizer que a sustentação de uma realização do valor interno requer o capital externo global, e essa é a nova forma do capitalismo financeirizado. [...] No caso brasileiro, assim como no da

---

7 Em nota, o autor diz que mesmo dentro dessas restritas frações burguesas existem conflitos de interesses.

Argentina, as novas dívidas financiam a renovação da antiga e ocorre uma esterilização da capacidade produtiva do país. (Ibidem, p. 33)

Outra demonstração de como a coerção estatal é vital para a manutenção do “edifício” é a falha do enraizamento da cultura ética da concorrência. Segundo os princípios neoliberais, essa seria alcançada naturalmente a partir da auto-regulação do mercado e da liberdade individual. Entretanto, as conseqüências da política neoliberal de desregulamentação do mercado de trabalho (aumento do trabalho sem- forma que não tem acesso aos mecanismos distributivos ligados ao contrato formal, aumento substantivo do desemprego e aumento da pobreza e das pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza), somada à desigualdade piorada de distribuição de renda leva ao que Oliveira chama de “guerra de tudo contra todos”. O narcotráfico e o crime organizado nas periferias das grandes cidades se tornam escoadouro para o desemprego. O que ocorre então é uma consolidação da “lei do vale tudo”. Onde a porção de consenso, nos termos gramscianos, é menor que a de coerção, a sociedade não pode se estruturar nas “virtudes do mercado”, mas pela “política policial”, exercida pelo Estado. A “exceção permanente” requer a violência estatal permanente.

No campo das privatizações, a contradição também se realiza, pois o Estado é chamado a investir recursos públicos para sustentar a reprodução do capital. Oliveira dá o exemplo da indústria elétrica privatizada, que devido ao racionamento imposto para evitar um apagão, deixou de lucrar e exigiu do Estado aquilo que o mercado não garantiu, a realização do valor.

## **Conclusão**

Os argumentos distribuídos no texto apontam para uma inconsistência no conjunto dos princípios neoliberais. A articulação político-econômica própria da fase do capitalismo em que o neoliberalismo se pretende hegemônico não permite sua execução ao pé da letra. A realidade concreta é quem aponta isso.

Os sistemas de proteção social foram brutalmente afetados, o mercado de trabalho desregulado, as empresas privatizadas, a economia aberta, mas o Estado está presente e operante na economia injetando dinheiro público para intermediar crises e mais crises. A grande burguesia do capital financeiro e monopolista se impõe com soberania diante dos interesses diversos dos outros setores das classes dominantes e mais ainda das classes dominadas. Os Estados se tornam *reféns*, fantoches manobrados.

Os famigerados mercados globais, sonho dos ideólogos da globalização, se esbarram constantemente nas desigualdades econômicas latentes entre países, beneficiando os países centrais.

Por isso acreditamos que Friedman e Hayek descansam em paz em seus túmulos diante dessa seletividade toda. Aliás, para nós, a fórmula “elaborada” ou reformulada por eles, assim o fora simplesmente para garantir a vitória na guerra de posições contra intervencionistas e forjar sua hegemonia. Trata-se de explorar a ideologia de acordo com o que será benéfico aos seus interesses. Diante da gritante corrupção e ingerência por dentro do Estado, pregaram sua redução, diante da sede de lucros e consumo, pregaram a soberania individual, o direito de escolha e o aumento da riqueza. Tudo para conquistar corações e mentes!

## **Referências Bibliográficas**

BOITO JR, Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo: Xamã, 1999.

FONSECA, Francisco. *O consenso forjado*. São Paulo: Hicitec, 2005.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o Capital-Imperialismo*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2010.

OLIVEIRA, Francisco de. *A era da indeterminação*. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAES, Décio. *República do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2001.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A farsa do neoliberalismo*. Rio de Janeiro: Graphia, 1998.

VACCA, Giuseppe. *Guerra de Posição e Guerra de Movimento*. 1987. Disponível em:  
[WWW.franca.unesp.br/GUERRA%20DE%20MOVIMENTO.pdf](http://WWW.franca.unesp.br/GUERRA%20DE%20MOVIMENTO.pdf)

Sites consultados:

[WWW.bbc.co.uk/portuguese/](http://WWW.bbc.co.uk/portuguese/)

[WWW.exame.abril.com.br](http://WWW.exame.abril.com.br)

[WWW.midiaindependente.org](http://WWW.midiaindependente.org)

[WWW.pstu.org.br](http://WWW.pstu.org.br)

[WWW.uol.com.br](http://WWW.uol.com.br)